O MITO REVISITADO: CURITIBA, CIDADE MODELO?

Laisa Eleonora Maróstica Stroher
Profa. Dra na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, pesquisadora do LADU – PROURB UFRJ, do Observatório das Metrópoles - IPPUR UFRJ, pós-doutoranda na FAU USP e pesquisadora do LabCidade - FAU USP | E-mail laisa.stroher@fau.ufrj.br

Maria Carolina Maziviero
Profa. Dra no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, docente no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano PPU UFPR, no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento MADE UFPR, pesquisadora no grupo CNPq CUAL- Comuns Urbanos na América Latina, e pós-doutoranda no Dipartimento di Storia Culture Civiltà da Universidade de Bolonha (Unibo/2025) | E-mail: maziviero@ufpr.br

Resumo: A mesa reúne pesquisadoras de várias instituições, que por diferentes enfoques temáticos e recortes temporais, lançam luz aos limites do modelo curitibano de planejamento. Os trabalhos aqui reunidos discutem, por um lado, as contradições das iniciativas mais visibilizadas, que compuseram o repertório que alçou internacionalmente Curitiba à "Cidade Modelo" e, por outro, explicitam suas lacunas, evidenciando contradições sociais, espaciais e ambientais que desafiam sua reputação global. O modelo de Curitiba, embora frequentemente exaltado como referência de planejamento urbano, revela contradições profundas que questionam sua eficácia em promover justiça socioambiental. Os eixos estruturais, a gestão da produção habitacional e o discurso ecológico refletem dinâmicas de exclusão e financeirização que se replicam em outros contextos urbanos brasileiros. A crítica a esse modelo é crucial não apenas para desmistificar o mito da cidade modelo, mas também para promover práticas urbanísticas mais inclusivas e comprometidas com os direitos sociais e ambientais.

Abstract: The session brings together researchers from various institutions, who, through different thematic approaches, shed light on the limits of the Curitiba planning model. The works gathered here discuss, on the one hand, the contradictions of the most visible initiatives, which made up the repertoire that elevated Curitiba as a "Model City" internationally and, on the other, they explain its gaps, highlighting social, spatial and environmental contradictions that challenge its global reputation. The Curitiba model reveals deep contradictions that question its effectiveness in promoting social justice and environmental sustainability. The structural axes, the management of housing production and the ecological discourse reflect dynamics of exclusion and financialization that are replicated in other Brazilian urban contexts. Criticizing this model is crucial not only to demystify the myth of the model city, but also to promote more inclusive urban practices committed to social and environmental rights.

Resumen: La sesión reúne a investigadoras de diversas instituciones que, a través de diferentes enfoques temáticos, arrojan luz sobre los límites del modelo de planificación de Curitiba. Los trabajos aquí reunidos discuten, por un lado, las contradicciones de las iniciativas más visibles, que compusieron el repertorio que elevó a Curitiba a la "Ciudad Modelo" a nivel internacional, y, por el otro, señalan sus brechas, destacando las contradicciones sociales, espaciales y ambientales que desafían su reputación global. El modelo de Curitiba revela profundas contradicciones que cuestionan su eficacia para promover la justicia social y la sostenibilidad ambiental. Los ejes estructurales, la gestión de la producción de vivienda y el discurso ecológico reflejan dinámicas de exclusión y financiarización que se replican en otros contextos brasileños. Criticar este modelo es crucial no sólo para

desmitificar el mito de la ciudad modelo, sino también para promover prácticas urbanas más inclusivas y comprometidas con los derechos sociales y ambientales.

Resumo geral: É nos anos 1970, durante o regime militar, que se origina a ideia de Curitiba como uma "Cidade Modelo", construindo um mito amplamente difundido por forças políticas, econômicas e agências internacionais, que moldaram a imagem de Curitiba como exemplo de eficiência em matéria de planejamento urbano (Sánchez, 1993). Esse modelo teria conferido supostamente uma qualidade de vida que distinguiria a capital paranaense das metrópoles periféricas, e que teria sido alcançada por um conjunto de "boas práticas" de planejamento urbano, que representariam um triunfo da técnica sobre a política. Compõe a imagem dominante sobre Curitiba a noção de um planejamento que "saiu do papel", que "deu certo", que se descolaria do caráter de "planejamento discurso" que marcou o planejamento tecnocrático do regime militar, relegando boa parte dos planos diretores à gaveta (Villaça, 2000).

Como discutiu Sánchez (1993, 1997, 2003), alguns dos principais pilares que compuseram esse mito nos seus primórdios foram os Eixos Estruturais e a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), intervenções de grande vulto territorial e financeiro, em grande medida possibilitadas pelo "milagre econômico" nacional e pelas restrições aos direitos democráticos que abafavam possíveis resistências aos projetos. Já a partir dos anos 1990, em um contexto de crise econômica nacional, as grandes intervenções foram substituídas por iniciativas pontuais de forte apelo visual, que ganharam fama como projetos inovadores (a exemplo da Ópera de Arame, do Jardim Botânico, da Rua 24h, dos faróis do saber). Esta mudança foi acompanhada de estratégias neoliberais de *city marketing*, como a criação da imagem de "Capital Ecológica", que teve na construção dos diversos parques um dos seus pilares principais.

A ideologização da imagem de Curitiba é um dos fatores fundamentais para explicar a força dos rótulos que recebe. Ela tem sido eficaz em disseminar estes elementos constituintes do discurso da cidade modelo, que são circunscritos a uma parte restrita da metrópole, como também em ocultar os fatores que podem abalar esta imagem (Sanchez, 1993, 1997 e 2003). A continuidade de grupos políticos à frente da Prefeitura em distintos momentos também foi essencial para consolidar esse imaginário e projeto de cidade (Moura e Kleinke, 1999; Oliveira 2000)1. Forças políticas de oposição estiveram à frente da gestão municipal por raros momentos, o que, ajudou a obstaculizar concepções alternativas de governança e planejamento urbano. A exclusão dos movimentos sociais dos espaços de participação,

[1] O arquiteto e urbanista Jaime Lerner ligado ao IPPUC, foi prefeito por três gestões: duas durante o regime militar (1971-1974 e 1979-1983) e uma eleito diretamente (1989-1992). Após esse último pleito, houve a eleição consecutiva de três mandatos identificados com o mesmo grupo político (entre 1993-2004), também assumidos por dois profissionais vinculados ao quadro funcional do IPPUC, Rafael Greca e Cassio Taniguchi. Durante o mandato de seus sucessores, Jaime Lerner foi governador do estado entre 1995 e 2003. Após um lapso de quatro gestões, os dois últimos mandatos municipais voltaram a ser liderados pelo arquiteto Rafael Greca (desde 2017).

ampliou ainda mais as barreiras às perspectivas conflitantes em relação aos paradigmas de intervenção territorial dominantes em Curitiba (Moura e Kleinke, 1999).

As contribuições da mesa

Revisitando as raízes da cidade-modelo, Fernanda Sánchez destaca que Curitiba foi concebida como uma vitrine do "milagre brasileiro", representando uma cidade branca, ordeira e planejada, idealizada dentro de um contexto autoritário e desenvolvimentista. Essa imagem, amplamente exportada, é sustentada por discursos que obscurecem as desigualdades estruturais e os impactos sociais do planejamento urbano tecnocrático. Essa construção simbólica posicionou Curitiba no cenário internacional como referência, mas também serve como ponto de partida para um debate necessário sobre os limites e impactos desse modelo no contexto atual.

Um dos principais pilares do planejamento curitibano é a implementação dos eixos estruturais, discutidos por Angela Seixas Pilotto. Esses eixos, articulados ao transporte coletivo de massa e ao zoneamento urbano, consolidaram uma lógica de adensamento construtivo que privilegiou as camadas de alta renda. A exportação do modelo para outras cidades brasileiras, como São Paulo, muitas vezes ignora essas contradições, reiterando o suposto "sucesso" de Curitiba sem considerar suas limitações e impactos sociais.

Essa perpetuação do modelo curitibano é analisada criticamente por Laisa Stroher, que discute tanto as transformações internas quanto a exportação do modelo para São Paulo. Stroher observa que, apesar da incorporação de discursos progressistas, como o incentivo ao adensamento ao longo de corredores de transporte público, o modelo tem se revelado excludente e financeirizado. Em Curitiba, a Linha Verde simboliza a adaptação neoliberal do modelo, enquanto em São Paulo, políticas voltadas à habitação popular nos eixos falharam em promover a inclusão socioespacial, resultando em unidades habitacionais pequenas, caras e concentradas em setores de maior valorização imobiliária.

Laura Bertol complementa essa crítica ao analisar as políticas habitacionais de Curitiba, que historicamente excluíram a população de baixa renda das áreas centrais. A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), apesar de sua importância, foi limitada a projetos periféricos, contribuindo para a segregação urbana. Esse padrão reflete um planejamento urbano orientado pela especulação imobiliária e pelo alto custo da terra, reforçando a marginalização das populações vulneráveis e contradizendo a narrativa de cidade sustentável e inclusiva promovida internacionalmente.

Maria Carolina Maziviero expande essa análise ao conectar o planejamento urbano curitibano às dinâmicas do racismo ambiental. Ela evidencia como a urbanização da "capital ecológica" favoreceu a elite econômica enquanto relegava populações negras e pobres a áreas ambientalmente frágeis e sem infraestrutura básica. Esses territórios, mais suscetíveis a desastres ambientais, expõem a desigualdade socioeconômica intrínseca ao modelo de desenvolvimento de Curitiba. Além disso, Maziviero argumenta que o discurso ambiental tem

sido instrumentalizado para justificar remoções forçadas e valorização imobiliária, agravando a exclusão socioespacial.

Dessa forma, o modelo de Curitiba, embora frequentemente exaltado como referência de planejamento urbano, revela contradições profundas que questionam sua eficácia em promover justiça social e sustentabilidade ambiental. Os eixos estruturais, a gestão habitacional e o discurso ecológico refletem dinâmicas de exclusão e financeirização que se replicam em outros contextos urbanos brasileiros. A crítica a esse modelo é crucial não apenas para desmistificar o mito da cidade modelo, mas também para promover práticas urbanísticas mais inclusivas e comprometidas com os direitos sociais e ambientais.

O MITO DA CIDADE MODELO E SUAS RAÍZES DESENVOLVIMENTISTAS AUTORITÁRIAS

Fernanda Sánchez
Professora Dra no PPGAU UFF | fsanchez@id.uff.br

O projeto Curitiba Cidade Modelo foi empreendido, a partir dos anos 70, por uma coalizão de pessoas, instituições, forças políticas e econômicas que lhe deu lugar em plena ditadura militar. Ao erigir a cidade de Curitiba como "a cidade que deu certo", a coalizão, apoiada pelo governo federal, estadual bem como pelas agências multilaterais como a ONU e o Banco Mundial, construiu ao mesmo tempo a imagem e o mito. Tratava-se da vitrine urbana do chamado milagre brasileiro, da representação da cidade branca, ordeira e planejada, como símbolo das virtudes de um Brasil desenvolvimentista e tecnocrático. A imagem de cidade modelo percorreu o mundo e atravessou escalas, promovida não apenas pelas plataformas mundiais de enunciação, como a ONU, mas também por governos locais de cidades do Norte global, tanto à esquerda como à direita do espectro político. Interpelar esta imagem e este modelo de cidade é tarefa relevante no campo dos estudos urbanos, da ciência política e das humanidades.

EIXOS ESTRUTURAIS DE CURITIBA: UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO?

Angela Seixas Pilotto
Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) | angelaspilotto@gmailcom

Parte do reconhecimento internacional de que em Curitiba o planejamento "deu certo", decorre da implantação dos setores ou eixos estruturais. Atualmente associados à ideia do desenvolvimento orientado ao transporte (DOT), em Curitiba a articulação entre o transporte coletivo de massa – segregado em corredores que hoje são chamados de BRTs – e o adensamento populacional controlado por meio do zoneamento de uso do solo remonta aos anos 1970.

Em pesquisa sobre o processo histórico de estruturação do espaço intraurbano de Curitiba, finalizada em 2010, analisamos a ocupação dos eixos estruturais desde a aprovação do Plano Diretor, em 1966, até 2008, tendo como subsídio os parâmetros de uso e ocupação do solo da legislação urbanística municipal, que passou por diversas modificações no período. Verificamos a relação histórica entre transportes, condições de deslocamento, acessibilidade e valorização imobiliária – do bonde com tração animal no começo do século XX ao "sistema trinário" dos anos 1970 (corredores exclusivos de ônibus e vias de trânsito rápidas).

A análise do processo de verticalização e adensamento dos setores estruturais revelou que ele se consolidou especialmente nos bairros voltados às camadas de alta renda, locais onde o mercado imobiliário demonstrava interesse – em contraposição às porções dos eixos mais distantes do Centro, que seguem sem verticalização. Em Curitiba, os setores estruturais garantiram, para as camadas de alta renda, a proximidade ao Centro e às infraestruturas de mobilidade urbana, inclusive aquela voltada aos automóveis, com as vias rápidas que acompanham os eixos.

Atualmente verifica-se certo consenso sobre a ideia do DOT (em inglês, transit-oriented development – TOD) no campo do planejamento urbano. A adoção do modelo no Plano Diretor de São Paulo, por exemplo, tem levado a diversas pesquisas sobre o tema. Em ambos os casos, observa-se, muitas vezes, que o modelo de Curitiba é mencionado, reiterando um suposto sucesso. Nesse sentido, torna-se relevante voltar aos resultados da pesquisa concluída em 2010 e atualizar a discussão de modo a contribuir para a compreensão dos limites e potencialidades dos instrumentos de planejamento, haja vista o caráter contraditório da implantação da infraestrutura no processo de produção do espaço, especialmente na periferia do capitalismo.

A PERPETUAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS EIXOS ESTRUTURAIS: NOVAS VERSÕES, MESMAS CONTRADIÇÕES?

Laisa Eleonora Maróstica Stroher
Profa. Dra na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ | E-mail laisa.stroher@fau.ufrj.br

Por um lado, discutem-se as contradições da perpetuação do modelo de estruturação linear da cidade por meio dos eixos (ou setores) estruturais a partir da revisão do plano diretor de Curitiba de 2004, através da proposição da Linha Verde, regulamentada em 2011 por meio de uma Operação Urbana Consorciada. Foram introduzidas novas formas de implementação do modelo, que mobilizaram mecanismos conectados ao contexto de emergência do ideário neoliberal de planejamento, sem enfrentar as críticas históricas sobre o processo elitista da transformação urbana que se consolidou nestes setores desde os anos 1970, quando começou sua implementação. Mais uma vez foram mobilizados discursos conectados ao marketing de capital ecológica, por meio da falsa ideia de que o incentivo ao adensamento construtivo ao longo dos eixos do BRT evitaria, por si só, uma ocupação em áreas

ambientalmente protegidas, ocultando os conflitos socioespaciais que reproduzem de fato a segregação urbana, e o próprio descomprometimento do poder público em equacioná-los (Stroher, 2014 e 2017).

Por outro lado, apresenta-se um trabalho empírico sobre os resultados da exportação desse modelo para a cidade de São Paulo (Stroher, Santoro, Canan, Souza, 2024), que também teve a ideia de adensamento ao longo dos eixos de transporte público como estruturante da revisão do seu Plano Diretor de 2014. Enquanto os eixos em Curitiba foram concebidos e implementados no período nacional desenvolvimentista autoritário, a capital paulista incorporou a ideia dos eixos em um cenário pós-democratização, que já contava com um acúmulo crítico tanto sobre o viés excludente do planejamento tecnocrático, como do modelo curitibano de ordenar o espaço. Com argumentos de ampliar o acesso à população de menor renda nas proximidades do transporte público, uma série de incentivos à produção de Habitação de Interesse Social e Habitação Popular de Mercado nos Eixos foram idealizados pelos técnicos e legisladores que trabalharam na concepção do Plano de São Paulo. Ao olhar para a produção imobiliária que se consolidou ao nos Eixos paulistanos até 2020, por meio dos dados fornecidos pela Embraesp (2021), evidenciamos (Stroher, Santoro, Canan, Souza, 2024) que a maior parte dos imóveis de menor valor está longe dos Eixos, e aqueles que estão são minúsculos e caros, e seguem uma trajetória mais intensa de aumento de preço e de diminuição de tamanho do que aqueles fora dos Eixos. A produção imobiliária se distancia da desejada inclusão socioespacial e está ainda mais envolta nos mecanismos de acumulação financeira-imobiliária, e nas lógicas da habitação como um ativo financeirizado.

POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM CURITIBA: O PLANEJAMENTO DA EXCLUSÃO

Laura Bertol
Dra pela Universidade de São Paulo | lauraebertol@gmail.com

Curitiba há décadas tem sido reconhecida por meio da concessão de diferentes títulos (cidade ecológica, smart city, cidade sustentável) como referência nacional e internacional de planejamento e gestão urbana. Entretanto, a análise desse modelo sob o enfoque das políticas municipais de habitação de interesse social, levadas a cabo pela Companhia Popular de Habitação de Curitiba (COHAB-CT), revela a manutenção de um processo excludente e desigual de produção do espaço urbano. Processo que intensifica a pobreza e a desigualdade e afasta parte importante da população de seus direitos fundamentais. A avaliação histórica da política de habitação em Curitiba e da produção habitacional dela resultante no período compreendido entre a década de sessenta do século passado até a implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida, na atualidade, revelam um discurso que naturaliza o alto preço da terra urbana, a escassez da terra e a especulação imobiliária como processos inerentes ao "desenvolvimento urbano". Tal desenvolvimento tem sido capitaneado por grandes projetos

urbanos formulados pela administração pública de Curitiba, que comumente não incluem a habitação de interesse social como eixo de ação. Excepcionalmente quando isso ocorre, ela desaparece no momento de implantação, sob a justificativa de incompatibilidade da habitação de interesse social com o novo uso proposto. Assim, a habitação para aqueles que não podem pagar pela "cidade modelo" fica restrita à ocupação informal de áreas e à incipiente produção da Cohab-CT. Esta, cumpre destacar, ocupa porções específicas do território de Curitiba, quais sejam, determinados bairros periféricos, o que tem promovido a frequente abertura de novas fronteiras urbanas desprovidas de urbanização em contradição à imagem construída de cidade modelo.

RACISMO AMBIENTAL, DESIGUALDADES E A FARSA DA CAPITAL ECOLÓGICA

Maria Carolina Maziviero
Professora no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPR, no PPU-UFPR e no PPGMADE-UFPR | maziviero@ufpr.br

Estamos constatando, diariamente, que o padrão de dominação violenta de Natureza pela urbanização tem implicado numa "insustentabilidade" da reprodução da vida - humana e não-humana, rumo à extinção. No entanto, há uma parcela mais vulnerável e historicamente invisibilizada da sociedade humana que vem sendo mais afetada pela crise ambiental global, seja pela poluição, pela degradação ambiental ou pelas alterações no clima. Os desastres ambientais, como são chamados os eventos que produzem secas, chuvas, temporais entre outros, atingem alguns grupos de maneira mais intensa. As populações humanas mais impactadas são aquelas que ocupam territórios marginalizados, desprovidos de infraestrutura e serviços públicos básicos, em sua maioria, áreas periféricas, com alta declividade ou ainda marcadas por condições de alta fragilidade ambiental. Além disso, esses territórios de pobreza são, em grande medida, habitados pela população negra, composta de pretos e pardos – fenômeno chamado de Racismo Ambiental.

Em Curitiba não é diferente. O padrão de urbanização da "capital ecológica", vendida internacionalmente como expoente do planejamento urbano brasileiro, é destinado apenas a uma parcela da população - os mais ricos. A população pobre curitibana, longe das benesses da "cidade modelo", vem ocupando áreas de fragilidade ambiental, que são ambientes legalmente protegidos e, portanto, rejeitados pelo mercado imobiliário. Também são áreas com pouco controle e fiscalização ambiental, o que favorece a ocupação por grupos de menor renda em busca de moradias mais acessíveis, logo distantes e sem infraestrutura. Na medida em que a fragilidade ambiental e a vulnerabilidade social se combinam, aumenta a susceptibilidade aos riscos, sobretudo, de deslizamentos, inundações e enchentes. Do ponto

de vista ecológico, o avanço da urbanização sobre remanescentes vegetais produz alterações significativas na composição da biodiversidade.

A realidade de Curitiba se replica na maioria dos grandes centros brasileiros. Diversas pesquisas demonstram como a manutenção dessa condição de desigualdade socioeconômica alinhada à maior exposição aos desastres ambientais é prática histórica do planejamento e da gestão urbana nas cidades do Brasil. Como em outras cidades brasileiras, o discurso ambiental vem sendo instrumentalizado ora para promover remoções forçadas, reintegrações de posse e criminalização de ocupações de moradia; ora para valorização imobiliária pela apropriação da paisagem. Para barrar a pressão destrutiva sobre a Natureza é preciso primeiro reconhecer quem são os mais atingidos, entre humanos e não-humanos, de modo inter-relacional.